DIÁLOGOS INTER-RACIAIS NA ESCOLA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE RESISTÊNCIA E FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO ENSINO MÉDIO DO TEMPO INTEGRAL

CLECIA MARIA LOPES DO NASCIMENTO [1]
GISLENE FARIAS PASSOS [2]
JOÃO RIBEIRO DA COSTA[3]

Resumo: Este trabalho visa desenvolver o pensamento crítico e reflexivo acerca das relações éticos raciais no ambiente escolar a partir de experiências exitosas. Como objetivos específicos objetivou-se incentivar a construção de um repertório e pensamento antirracista e fortalecer o engajamento político e social na luta contra racismo. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza aplicada e descritivo-interpretativa, realizada em uma escola pública Estadual do Ceará de Ensino Médio em Tempo Integral, com a participação de estudantes envolvidos nas atividades do projeto. Os procedimentos metodológicos foram estruturados em duas etapas: primeiro, leituras e debates teóricos de livro e autores no contexto do projeto Afroteca, com o objetivo de desenvolver um repertório crítico; depois, a condução de grupos focais no projeto "Falas negras que inspiram", complementados por depoimentos de histórias de vida, nos quais os alunos compartilharam experiências ligadas ao racismo. Os livros do projeto Afroteca permitem um contato com a educação decolonial e contribui para uma ruptura com epistemologias eurocêntricas e práticas escolares tradicionais. Tivemos como resultados as percepções críticas e mudanças de paradigmas dentro das relações éticos raciais no âmbito escolar por meio de atitudes de maior empatia, solidariedade com o próximo e respeito mútuo. A segunda fase do projeto "Falas negras que inspiram" é uma ferramenta que permite o protagonismo estudantil como sujeitos de fala, especialmente vozes negras.

Palavras-Chave: Educação; Antirracismo; Empoderamento; Resistência

Introdução

A promulgação da Lei nº 10.639/2003, posteriormente ampliada pela Lei nº 11.645/2008, representa um marco nas políticas educacionais brasileiras ao instituir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na educação básica. Fruto de intensas lutas dos movimentos sociais, tais legislações visam não apenas a

[1] Docente do curso de Pedagogia, de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA Campus Ibiapaba, São Benedito-CE. Licenciada em Pedagogia, Ciências Sociais e Filosofia, Mestre em Sociologia. Email: clecia_maria@uvanet.br
[2] Docente efetivo da rede Estadual de ensino Secretaria da Educação do Estado do Ceará, Licenciado e Mestre em educação. Email: gislenefariasipu@gmail.com
[3] Docente efetivo de Física da rede Estadual de ensino Secretaria da Educação do Estado do Ceará, Licenciado e Mestre em Física. Email: joaozinhodafisik@gmail.com

valorização das matrizes africanas e indígenas na formação social brasileira, mas também o enfrentamento das desigualdades raciais historicamente produzidas e reproduzidas no país.

Apesar dos avanços na legislação, a concretização de uma educação antirracista ainda enfrenta desafios no cotidiano escolar, especialmente no que diz respeito à superação do mito da democracia racial e à desconstrução de práticas discriminatórias naturalizadas. Nesse contexto, a escola configura-se como um espaço privilegiado para a problematização das relações étnico-raciais, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, conscientes e socialmente engajados.

É fato que o Brasil é um país miscigenado, marcado por uma disparidade notável que desencadeou diversas desigualdades sociais, dentre elas, a desigualdade racial. A importância de levantar temas e discussões sobre as questões raciais dentro das disciplinas interdisciplinares no tempo integral é proporcionar os fortalecimentos de identidades e direitos da cultura Afro-brasileira por meio de ações educativas e debates significativos.

Com base nessa compreensão, esta pesquisa se insere na discussão sobre práticas pedagógicas voltadas para a equidade e justiça social, fundamentando-se na ideia de que, em uma sociedade estruturalmente racista, não é suficiente apenas não ser racista; é imprescindível adotar uma atitude antirracista, como defende Davis (2016). Desse modo, sugere-se a criação de espaços de diálogo que incentivem a reflexão crítica sobre as vivências de racismo e as estratégias de resistência presentes no dia a dia dos alunos.

Diante disso, objetivou-se avançar mais nas ações educativas em prol de uma justiça social, uma sociedade mais justa, respeitosa, igualitária e fraterna. Assim como, desconstruir e superar o mito da democracia racial, as discriminações e cenas racistas do cotidiano por meio de estudantes ativos e críticos em uma escola antirracista e emancipatória.

A Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica, completa vinte anos de consolidação, sendo fruto de mobilizações, reivindicações e lutas sociais voltadas à promoção da justiça social. Nesse sentido, buscou-se engajar os protagonistas do processo educacional em práticas pedagógicas antirracistas, em prol da construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Diante disso, o presente artigo almeja despertar a consciência crítica e antirracista por meio de atitudes de enfrentamento às injustiças sociais presentes no cotidiano. Com vistas à superação das desigualdades raciais, parte-se do espaço escolar como locus inicial de intervenção, buscando alcançar outras instâncias sociais por meio da atuação de estudantes politicamente engajados na temática.

Dessa forma, este artigo é um fruto de projeto desenvolvido em uma Escola de Tempo Integral nas turmas de Ensino Médio[4] que dispõem de mais tempo dentro do âmbito escolar usufruindo de uma formação mais longa e significativa para a formação cidadã, profissionais e desenvolvimento de habilidades socioemocionais. As etapas do projeto foram desenvolvidas de forma interdisciplinar dentro de várias disciplinas das Ciências Humanas e Linguagens, mediadas pelos professores em parceria com o Núcleo Gestor.

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é a promoção de um pensamento crítico antirracista manifestado por meio de atitudes e ações que possa rechaçar ou suprimir qualquer tipo de práticas discriminatórias e preconceituosas no âmbito escolar e na sociedade. Logo, este estudo visa promover a formação de um repertório crítico e de um pensamento antirracista no ambiente escolar, integrando a reflexão político-pedagógica sobre as Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Além disso, buscou-se incentivar a autoafirmação da identidade negra e a valorização das raízes afrodescendentes entre os estudantes. Logo, discutir casos de racismo vivenciados no ambiente escolar, a fim de desnaturalizar essas práticas e promover uma análise crítica desses atos é uma ação essencial numa educação antirracista. Além disso, foi debatido e descontruído o racismo estrutural enraizado na sociedade brasileira, incentivando a participação política e social na luta antirracista, ao mesmo tempo em que se fomenta o fortalecimento das identidades negras e um pensamento antirracista.

A metodologia adotada caracteriza-se como qualitativa, utilizando-se de dois instrumentos metodológicos voltados à apreensão de sentidos, significados e interpretações de histórias de vida e relatos de racismo dos sujeitos participantes da pesquisa. Segundo Minayo (2014), a abordagem qualitativa preocupa-se com níveis de realidade que não podem ser quantificados, abrangendo o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e sentimentos.

O projeto foi estruturado em dois momentos: um teórico e outro prático, de caráter argumentativo-reflexivo. Como instrumentos metodológicos, foram utilizados o grupo focal e as histórias de vida. No primeiro momento, de natureza formativa teórica, foram realizadas oficinas com diferentes grupos de estudantes, a partir da leitura de obras do projeto Afroteca, iniciativa já desenvolvida na escola, composta por textos que abordam racismo, identidades

[4] https://qedu.org.br/escola/23009578-eem-monsenhor-antonino

negras, cultura afro-brasileira, religiões de matrizes africanas, feminismo negro, entre outros temas correlatos.

A finalidade consistiu em desenvolver um repertório bibliográfico entre os estudantes, subsidiando-os teoricamente para a compreensão crítica da sociedade em que vivem, em uma perspectiva de educação como práxis (FREIRE, 1996).

Desenvolvimento

Compreende-se que a escola, enquanto instituição social, desempenha papel fundamental nos processos de formação, socialização e interação dos indivíduos, contribuindo para sua inserção na vida em sociedade. Contudo, por estar imersa em uma realidade social complexa, também reflete e reproduz problemáticas como preconceito, violência, desigualdades, segregação social, racismo, rivalidades e homofobia. Ademais, a sociedade brasileira foi historicamente constituída sob os pilares do patriarcado, do patrimonialismo e do trabalho escravizado, o que contribui para a persistência de práticas racistas e discriminatórias enraizadas em suas estruturas. Nesse contexto, conforme aponta Ribeiro:

Sabemos que a escola é uma instituição social que atua e contribui no processo de formação, socialização e interação dos indivíduos, buscando assim a integração desses sujeitos para viver em sociedade. Sendo um espaço de institucionalização é também um recinto que está imerso em uma realidade social permeada por problemas sociais, conflitos e adversidades entre as pessoas, tais como: preconceitos, violências, desigualdades, segregação social, racismo, rivalidades, homofobia e outros.

Diante disso, temos um país construído sob os pilares do patriarcado, patrimonialismo e do trabalho escravizado, por tanto está intrínseco nas nossas raízes práticas racistas e discriminatórias. Logo, segundo Ribeiro:

> Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas (RIBEIRO, 2019, p. 13).

De acordo com Munanga (2019), o reconhecimento e a construção da identidade negra requerem o conhecimento de nossas raízes, uma vez que a negação de si é resultado da miscigenação racial imposta e do genocídio negro intrínseco à estrutura social. Nesse sentido,

"ele assumirá a cor negada e verá nela traços de beleza e de feiura como qualquer ser humano 'normal'" (MUNANGA, 2019, p. 39).

Como pode-se observar, o fortalecimento das identidades negras constitui um tema historicamente marginalizado, o que contribui para a falta de amor-próprio, a baixa autoestima e a não aceitação de traços identitários, em decorrência da discriminação e do racismo persistentes ao longo do tempo. Conforme relata Ribeiro (2019, p. 24), ao rememorar sua infância:

> Neguinha do cabelo duro', 'neguinha feia', foram alguns dos xingamentos que comecei a escutar. Ser a diferente - o que quer dizer não branca - passou a ser apontado como um defeito. Comecei a ter questões de autoestima, fiquei mais introspectiva e cabisbaixa. Fui forçada a entender o que era racismo e a querer me adaptar para passar despercebida (RIBEIRO, 2019, p. 24)

Diante disso, o diálogo e a consciência crítica configuram-se como ferramentas fundamentais na construção de uma educação libertadora, livre de opressões, submissões e preconceitos (Freire, 2002). Como afirma Hooks (2019, p. 38), "fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento". Assim, o ato de falar, de "erguer a voz", não se reduz a um gesto vazio, mas constitui a expressão da passagem de objeto a sujeito, sendo a voz um instrumento de libertação de mentes e corpos (Hooks, 2019).

A metodologia adotada possui caráter qualitativo, por meio de dois instrumentos metodológicos que visam captar sentidos, significados e interpretações de histórias de vida e de relatos de racismo dos sujeitos da pesquisa. Conforme Minayo (2014), a abordagem qualitativa constitui uma ferramenta amplamente utilizada em pesquisas de campo, por se ocupar de um nível de realidade que não pode ser quantificado, isto é, o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e sentimentos. Por isso, a pesquisa está estruturada em dois momentos: teórico e prático, de natureza argumentativa-reflexiva.

Os instrumentos metodológicos da pesquisa qualitativa adotados foram o grupo focal e as histórias de vida. No primeiro momento, de caráter formativo teórico, foram realizadas oficinas com diferentes grupos de estudantes, nas quais se procedeu à leitura de obras vinculadas ao Projeto Afroteca — iniciativa atuante na escola — que contempla temáticas como racismo, identidades negras, cultura afro-brasileira, religiões de matrizes africanas, feminismo negro, entre outras. A finalidade consistiu em desenvolver um repertório bibliográfico entre os estudantes, de modo a subsidiá-los teoricamente para a compreensão

crítica da sociedade em que estão inseridos, em consonância com uma educação de práxis (FREIRE, 1996).

> Desde o começo foi a insistência de Freire na educação como prática da liberdade que me encorajou a criar estratégias para o que ele chamava de "conscientização" em sala de aula. Traduzindo esse termo como consciência e engajamento críticos, entrei nas salas de aula convicta de que tanto eu quanto todos os alunos tínhamos de ser participantes ativos, não consumidores passivos. Freire afirmava que a educação só pode ser libertadora quando todos tomam posse do conhecimento como se este fosse uma plantação em que todos temos de trabalhar (HOOKS, 2013, p.26)

No segundo momento, foi colocado em prática o grupo focal como técnica central de pesquisa, tendo como eixo temático o racismo na sociedade, a ser debatido entre os participantes. Carlo Cardano (2017) define o grupo focal como uma entrevista em grupo, na qual o pesquisador obtém respostas acerca de um tema proposto a partir das discussões, debates e interações entre os sujeitos da pesquisa, com base em relatos de vida, opiniões e sugestões sobre o assunto.

A partir desse levantamento, foi desenvolvido o projeto "Falas Negras que Inspiram", com o objetivo de promover a discussão, a apropriação e a afinidade com temáticas raciais pertinentes ao contexto escolar. Durante alguns encontros, os estudantes foram reunidos em oficinas realizadas na biblioteca, com vistas ao estudo e à discussão das obras do Projeto Afroteca, conforme ilustrado nas Figuras 1 e 2.

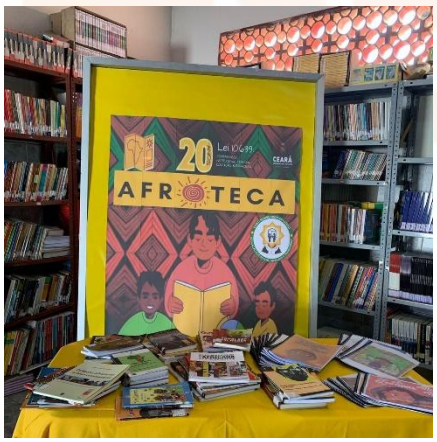


Foto 1: Projeto AFROTECA Monsenhor Antonino



Foto 2:Grupos de estudos do Afroteca

A etapa seguinte consistiu no desenvolvimento dos grupos focais com os estudantes participantes do projeto "Falas Negras que Inspiram", nos quais relataram histórias de vida e experiências relacionadas ao racismo em seu cotidiano, a partir de discussões mediadas por conceitos presentes nas obras previamente estudadas. Nesse momento, evidenciou-se a construção de um lugar de fala, conforme destaca Djamila Ribeiro (2019), bem como a

apropriação do discurso por parte daqueles que vivenciam ou vivenciaram o racismo, a partir de seus relatos.

Com base nos instrumentos da pesquisa qualitativa, os dados foram coletados por meio de entrevistas, gravações dos relatos e registros fotográficos, os quais subsidiaram as análises, interpretações e discussões dos resultados, com vistas à construção de uma práxis educacional voltada à compreensão e valorização da diversidade étnico-racial brasileira.

A partir dos resultados do projeto desenvolvido na escola, foi possível proporcionar uma experiência significativa para o desenvolvimento do protagonismo juvenil, bem como garantir o lugar de fala de sujeitos historicamente silenciados ou cuja existência foi negada ao longo do tempo. A relevância de iniciativas dessa natureza possibilita reflexões acerca das desigualdades, preconceitos e discriminações intrínsecos à estrutura social, os quais impactam diretamente a constituição das identidades e subjetividades dos estudantes.

Dessa forma, tais práticas educativas no âmbito escolar contribuem para a construção de uma "consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações de combate ao racismo e à discriminação" (BRASIL, 2004, p. 17). A partir das experiências com grupos da diversidade étnico-racial brasileira e dos relatos oriundos do projeto "Falas Negras que Inspiram", foi possível não apenas ouvir, mas também garantir que os estudantes expressassem suas indignações, histórias de vida e angústias decorrentes da vivência em uma sociedade historicamente marcada pela opressão e marginalização.

Diante do exposto, as falas e depoimentos foram produzidos em um ambiente propício, estruturado a partir da metodologia dos grupos focais, conforme ilustrado nas Figuras 3, 4 e 5. As discussões realizadas nesses grupos fundamentaram-se nas leituras das obras do Projeto Afroteca, a partir de temas pertinentes às questões raciais, de modo a fomentar o debate crítico e, em uma perspectiva dialógica de inspiração socrática (maiêutica), promover a construção do conhecimento.



Foto 3: Grupo focal



Foto 4: Grupos de estudos de obras temáticas



Foto 5:Apropriação das obras durante os grupos focais

A partir disso, garantiu-se o lugar de fala nos grupos focais e nos grupos de estudo. Segundo Ribeiro (2019), o lugar de fala refere-se à posição social ocupada pelo indivíduo, a partir da qual ele se expressa sobre experiências por ele vivenciadas. Muitos estudantes participantes do projeto "Vozes Negras que Inspiram" detinham esse lugar social de existência, de fala e de legitimidade sobre o tema, uma vez que já haviam presenciado ou vivenciado situações de racismo.

Por meio do projeto Afroteca, foi possível compartilhar saberes e produções acadêmicas de autores negros especialistas na temática, até então desconhecidos por parte dos estudantes, tais como: Ângela Davis, bell hooks, Djamila Ribeiro, Lázaro Ramos, Itamar Vieira Junior, Lélia Gonzalez, Silvio Almeida, Sueli Carneiro, Carolina Maria de Jesus, Grada Kilomba e Kabengele Munanga, entre outros relevantes intelectuais.

Nesse sentido, o projeto Afroteca pode ser compreendido como um recurso potente no ambiente escolar de desobediência epistêmica, ao confrontar o currículo tradicional e incentivar a inserção de saberes afro-brasileiros, historicamente silenciados, rescindindo com o nexo hegemônica de produção dos conhecimentos hegemônicos impostos (Mignolo, 2008).

Nesse contexto, as ações pedagógicas implementadas no projeto Afroteca podem ser vistas como táticas de combate à colonialidade do poder, ao questionar as hierarquias raciais estabelecidas e impostas historicamente. Logo, fomentar a valorização dos saberes afro-brasileiros no ambiente escolar é um desafio que ainda perpetuam desigualdades (Quijano, 2005).

Segundo Quijano (2005), a colonialidade do poder enfatiza que as relações de dominação racial estabelecidas durante a colonização continuam estruturando as hierarquias sociais e epistêmicas do conhecimento, afetando até mesmo os processos educacionais em diversas esferas. Logo, projeto escolares como o Afroteca promovem a visibilidade e valorização das vozes afro-brasileira e indígena que foram historicamente marginalizadas no currículo escolar.

Diante disso, observou-se a construção do gosto pela leitura, associada à compreensão da realidade sob um viés crítico-reflexivo, teoricamente fundamentado por autores, antes desconhecidos. Para Freire (2022), a leitura do mundo precede a leitura da palavra, evidenciando que leitura e realidade se articulam de forma intrínseca, em uma relação dinâmica e dialética. Nesse sentido, um dos desafios da esfera educacional consiste no estímulo ao gosto pela leitura, especialmente quando orientada e mediada, favorecendo discussões de práxis desses saberes.

Assim, por meio dessas ações, buscou-se desenvolver o protagonismo juvenil, possibilitando aos estudantes reconhecerem seu papel no mundo e exercerem uma participação ativa, justa e democrática na vida social. Tal formação crítica configura-se como instrumento fundamental para a promoção de uma educação emancipatória, de caráter libertador e pautada na práxis, voltada à autonomia e à transformação social.

Para tanto, fazem-se necessários instrumentos de mediação pedagógica que promovam um ambiente acolhedor, favorável ao diálogo, à escuta ativa, ao debate e ao estímulo à participação dos jovens em todas as etapas do projeto. Iniciativas assim favorecem a ruptura como o monopólio epistemológico eurocêntrico ao dá visibilidade e inserir no contexto escolar literaturas afro-brasileiras e indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, evidencia-se a relevância social de consolidar a sala de aula e o ambiente escolar como espaços de formação crítica, de ativismo pedagógico e de práxis comprometida com a luta e o engajamento contra todas as formas de discriminação, preconceito, racismo e sexismo. A partir das propostas desenvolvidas e das experiências vivenciadas em projetos, como o "Falas Negras que Inspiram", observa-se a centralidade do reconhecimento do lugar de fala, bem como a importância da criação de espaços legítimos para a manifestação de opiniões, compartilhamento de trajetórias de vida e aprofundamento de discussões teóricas acerca do racismo na sociedade brasileira.

Conclui-se que a articulação entre protagonismo juvenil, participação social e engajamento político, quando associada à problematização de temas estruturantes como o racismo, constitui-se como uma estratégia potente de transformação social. Tais iniciativas contribuem para o fortalecimento de identidades, para a ampliação da consciência crítica dos estudantes e para a construção de práticas educativas mais inclusivas e equitativas. Nesse sentido, a escola assume um papel fundamental na formação de sujeitos éticos e socialmente comprometidos, capazes de reconhecer e enfrentar as desigualdades historicamente produzidas.

Ademais, destaca-se que a promoção de uma educação antirracista não se limita à abordagem pontual de conteúdos, mas requer a incorporação contínua de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade, estimulem o respeito mútuo e fomentem a solidariedade. Assim, ao investir na formação crítica dos estudantes e no fortalecimento de sua participação ativa, a escola contribui significativamente para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, pautada no reconhecimento das diferenças e na defesa intransigente dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BRASIL. Resolução CNE/CP 1/2004. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana.** Brasília, 2004.

CARDANO, Mario. Manual de pesquisa qualitativa. **A contribuição da teoria da argumentação. Tradução: Elisabeth da Rosa Conill. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes**, 2017.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese (Doutorado), 339 páginas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. Cortez editora, 2022.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** RIOS, Flavia e LIMA, Márcia (orgs). Rio de Janeiro: Zahar, 2020

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 34, n. 1, p. 287-324, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In. LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber, p. 227-278, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala***?*. Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais)», *Horizontes Antropológicos*, 54 | 2019, 361-366.

SILVA, Petronilha Beatriz. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, v. 30, n. 63, p. 489-506, 2007.